

**TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS Nº 017/2014**

Termo de Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o **Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS** e a **Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A.**

Contrato celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RS, Autarquia criada pela Lei n.º 10.847, de 20 de agosto de 1996, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.935.819/0001-03, sito na Rua Voluntários da Pátria, nº 1358, Porto Alegre/RS, representada neste ato por seu Diretor-Geral, Sr. Leonardo Kauer Zinn, inscrito no CPF sob o n.º 676.606.060-34 e no RG sob o n.º 6057863414, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A, sito na Av. Presidente Vargas, nº 1012, bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrito no Ministério da Fazenda sob o n.º 33.530.486/0001-29, representada neste ato por Jose Luis Fernandes Araujo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 482.539.449-34 e Isabel Cristina Nunes Weimar inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 089.1571.840-20, doravante denominada CONTRATADA, para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, regendo-se pela Lei Estadual nº 13.191/2009, Lei Estadual 13.706/2011, subsidiada pelas normas da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 11.389/1999, Decreto Estadual nº 42.250/2003, Decreto Estadual nº 42.020/2002, pelo Decreto Estadual nº 42.434/2003, Decreto Estadual nº 45.273/2007, Decreto Estadual nº 45.744/2008, Decreto Estadual nº 48.160/2011, e legislações posteriores, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC) na modalidade Local de Fixo para Fixo e de Fixo para Móvel, para Porto Alegre/RS, com volume total estimado de 30.000 (trinta mil) minutos mês, a ser implantada em todas as instalações do DETRAN/RS na cidade de Porto Alegre/RS, conforme descrição constante no Anexo I – Especificações Técnicas.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1. A execução deste contrato compreende a prestação dos serviços, pela CONTRATADA, de acordo com o constante abaixo:

2.1.1 Fornecimento de serviços de telefonia fixa comutada, local, de fixo para fixo e de fixo para móvel, volume estimado de 30.000 (trinta mil) minutos mensais, a ser implantado em todas as instalações do DETRAN/RS na cidade de Porto Alegre/RS, com sede na R. Voluntários da Pátria, 1358.

2.1.2 A prestação dos serviços se dará através de conexão direta do PABX das instalações do DETRAN/RS e Central de Trânsito da operadora CONTRATADA, com feixes de 2 Mbits, conforme necessidade.

2.1.3 Todas as solicitações de instalação, manutenção ou ampliação de serviços serão isentas de custos, sendo os preços dos serviços previstos na Cláusula Décima Segunda – Critério de Julgamento do Edital.

2.1.4 Todos os equipamentos, circuitos, interfaces, softwares ou entroncamentos necessários para disponibilização do serviço, serão de responsabilidade da CONTRATADA, sendo considerados partes integrantes do serviço prestado, inclusos no preço do serviço, sem ônus para o DETRAN/RS.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 Os preços para o presente ajuste, com todos os impostos, encargos sociais, seguros, tributos já incluídos, bem como a instalação de entroncamentos digitais e conexão à rede pública, com o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para entroncamento com a central telefônica de propriedade do DETRAN/RS, constante da proposta vencedora, aceitos pela CONTRATADA, entendidos como justos e suficientes para a total execução do presente objeto, são:

LFF = R\$ 0,0329 por minuto, para ligações locais, de fixo para fixo.

LFM = R\$ 0,4196 por minuto, para ligações locais, de fixo para móvel.

## CLÁUSULA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

Unidade Orçamentária: 44.01 Atividade/Projeto: 4279

Elemento: 3.3.90.39 Rubrica: 3979

Recurso: 8000 Empenho nº: 14000417348

Data do Empenho: 31/01/2014

## CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

5.1. A repactuação deste contrato será permitida, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da última repactuação, sendo que no primeiro período de reajustamento será feita adequação ao mês civil, se for o caso.

5.2. A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços, justificados e comprovados.

5.3. Caberá à parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos.

5.4. Os valores para repactuação de preços do Contrato deverão estar ajustados aos parâmetros referenciais fixados nos Contratos de Serviços de Terceiros – CST, de acordo com a Instrução Normativa DDPE nº 01/2006 (alterada pela IN TE nº 01/2012) e o Decreto nº. 44.365, de 23 de março de 2006.

5.5. Os custos de instalação e mobilização, no caso de prorrogação contratual, quando couber, deverão ser expurgados para fins de repactuação.

5.6. A proponente poderá apropriar para fins de apuração dos custos a depreciação dos equipamentos, respeitado o fracionamento da vida útil, considerando-se, ainda, o valor residual do bem.

5.7. É vedada, por ocasião da repactuação, a inclusão de benefícios não previstos originariamente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. A contratante reserva-se o direito de suspender o pagamento se o(s) serviço(s) estiver em desacordo com o previsto neste contrato, sem prejuízo das demais sanções.

6.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, discriminada, cumpridas as demais exigências constantes do contrato.

6.3. A Contratada não poderá protocolizar a nota fiscal ou nota fiscal fatura antes do recebimento definitivo do objeto por parte da Contratante.

6.3.1. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante;

6.3.2. O pagamento será efetuado por serviço, efetivamente prestado e aceito;

6.4. É condição para o pagamento da nota fiscal/nota fiscal fatura, a apresentação de prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, devidamente atualizados;

6.5. Na fase da liquidação da despesa deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS, para fins de comprovação do cumprimento da redação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, pro-rata die, pelo Índice Geral de Preços - Mercado/IGP-M.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

8.1. As antecipações de pagamento em relação à data de vencimento, respeitada a ordem cronológica para cada fonte de recurso, terão um desconto equivalente à de 0,033%

por dia de antecipação sobre o valor do pagamento.

#### CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS

9.1. Os serviços terão início no prazo de até 07 dias a contar do recebimento da autorização de serviço, tendo como prazo máximo para realização da portabilidade em todos locais de prestação de serviço 60 dias e contar da data de início dos serviços e serão executados de acordo com o edital, a proposta vencedora da licitação e as cláusulas deste instrumento.

9.2. A autorização de serviço somente poderá ser emitida após a publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.

9.3. O prazo de duração desta contratação será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da súmula do contrato, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, através do respectivo termo aditivo, nos termos do que dispõe o art. 57 inciso II da Lei federal 8.666/93 e legislação pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. Executados os serviços e estando os mesmos de acordo com o previsto no edital de licitação, na proposta, nas cláusulas contratuais e, ainda, observada a legislação em vigor, serão recebidos pela contratante mediante atestado do responsável.

10.2. Provisoriamente, quando necessária verificação posterior da conformidade do serviço com a especificação do objeto;

10.3. Definitivamente, por intermédio de Comissão formada por servidores públicos, após verificação da qualidade e quantidade do bem e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, de acordo com a alínea "b" inciso I do art. 73 da Lei Federal 8.666/93.

10.4. A aceitação do objeto, não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente;

10.5. O serviço recusado será considerado como não prestado;

10.6. Os custos de retirada e devolução dos serviços recusados, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

##### 11.1. DOS DIREITOS

###### 11.1.1. Da CONTRATANTE

a) receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e

###### 11.1.2. Da CONTRATADA

b) perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

##### 11.2. DAS OBRIGAÇÕES

11.2.1. Da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Fiscalizar a execução deste contrato conforme disposto no art.67, da Lei Federal 8.666/93;
- c) Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

11.2.2. Da CONTRATADA:

- a) Prestar o serviço na forma ajustada;
- b) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- c) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais adequados;
- d) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- f) Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- g) Responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- h) Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente contrato;
- i) A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- j) Permitir a Contratante a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom andamento do(s) serviço(s);
- k) Apresentar mensalmente Notas Fiscais de Serviços/Faturas discriminadas, contendo no mínimo as seguintes informações discriminadas:
  - Período
  - Tipo de Chamada
  - Quantidade de Chamadas
  - Duração total de cada Tipo de Chamada
  - Valor de cada Tipo de Chamada
- Juntamente também deverão ser apresentados todos os relatórios a ser fornecidos por e-mail, e quando solicitado pelo DETRAN/RS, deverão ser entregues em meio digital (CD ou DVD), os arquivos com extensão (.TXT), com cabeçalhos identificando os

campos devidamente delimitados por caractere especial.

l) Responder por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços, à imagem do DETRAN/RS e a terceiros, provocados pela ineficiência ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados;

m) Prestar os serviços 24 (vinte e quatro) horas por dia 07 (sete) dias por semana, mantendo centro de atendimento único para recebimento das demandas de Assistência Técnica, exceto para as hipóteses de interrupções excepcionais do Art. 29 do Regulamento do Sistema de Telefonia Fixa Comutada: situação de emergência, razões de ordem técnica e razões de segurança;

n) Informar a necessidade de eventuais interrupções em decorrência de razões de ordem técnica e razões de segurança com antecedência mínima de 02 (dois) dias;

o) ACONTRATADA deverá atender as chamadas da CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (duas) horas após o mesmo ser efetuado, objetivando a restauração e operacionalidade normal do sistema;

p) indicar 1 (um) profissional de seu quadro funcional, para fazer ligação com o DETRAN/RS e responder pela correta execução dos serviços.

q) Atender integralmente ao Anexo I - Especificações Técnicas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. Este contrato poderá ser rescindido de acordo com os artigos 78 e 79, Lei federal nº 8.666/93.

13.2. A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados a CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

14.1. No caso de infringência aos regramentos deste contrato, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela CONTRATADA, ser-lhe-ão aplicadas penalidades, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 28 da Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, bem como Decreto estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados.

14.1.1. Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades;

14.1.2. Multas sobre o valor total atualizado do contrato:

a) entrega de material fora do prazo estipulado neste edital: 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da parcela até o limite de 20 (vinte) dias, após o qual poderá haver rescisão contratual;

b) descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente, inexecução parcial, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado: 5% (cinco por cento);



c) inexecução total do acordo: 10% (dez por cento);

d) atraso da contratada na retirada do material rejeitado, após o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de comunicação da recusa: 1% (um por cento) do valor do material questionado, por dia de atraso;

14.1.2.1. As multas moratórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

14.1.2.2. A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

14.1.3. Suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:

a) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

b) falhar ou fraudar na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo;

d) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

14.1.3.1. A suspensão temporária ensejará a rescisão imediata do contrato pelo Ordenador de Despesas.

14.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, feita pelo Secretário de Estado, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.2. Para aplicação da penalidade de inidoneidade o prazo de defesa prévia do interessado será de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista.

14.3. Para aplicação das demais penalidades, o prazo de defesa prévia do interessado será de 5 (cinco) dias úteis a contar da abertura de vista.

14.4. Das penalidades de que trata esta cláusula cabe recurso ou pedido de representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme o caso.

14.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e não terá caráter compensatório.

14.6. A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar ao Estado.

14.7. As multas deverão ser recolhidas, através de depósito na conta corrente a ser informada por meio oficial, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação do CONTRATADO, podendo a CONTRATANTE descontá-la na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente relativo à avença;

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EFICÁCIA

15.1. O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

16.2. E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, 14 de Fevereiro de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
**Leonardo Kauer Zinn**  
Diretor-Geral  
DETRAN/RS

  
\_\_\_\_\_  
**Jose Luis Fernandes Araujo**  
EMBRATEL S.A.



Testemunhas.

  
\_\_\_\_\_  
**Isabel Cristina Nunes Weimar**  
EMBRATEL S.A.

**Isabel Cristina Nunes Weimar**  
CPF: 891571840-20  
RG: 9062202479 SSP



ANEXO I

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**I – DO OBJETO:**

Contratação de empresa especializada para prestar ao DETRAN/RS, serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC) na modalidade Local de Fixo para Fixo e de Fixo para Móvel, para Porto Alegre/RS, com volume total estimado de 30.000 (trinta mil) minutos mês, a ser implantada em todas as instalações do DETRAN/RS na cidade de Porto Alegre/RS.

a) Todos os equipamentos, circuitos, interfaces, softwares ou entroncamentos necessários para disponibilização do serviço, serão de responsabilidade do fornecedor vencedor, sendo considerados partes integrantes do serviço prestado, inclusos nos valores cotados do serviço, sem ônus para o DETRAN/RS.

b) A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar do envio do orçamento, e deverá incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas e outros pertinentes ao objeto a ser contratado, devidamente corrigidos após o encerramento dos lances.

c) O tráfego deve ser separado pela fórmula do valor "N", em que há o percentual por tipo de ligação, em relação à estimativa de 30.000 minutos/mês, ou seja, 20.000 minutos de ligações fixo-fixo e 10.000 minutos de ligações fixo-móvel;

d) Quanto às necessidades e instalações do DETRAN/RS, todas em Porto Alegre/RS, são elas:

- R. Voluntários da Pátria, nº 1358: cerca de 225 ramais DDR, 01(um) E1 sinalização CAS.

- R. dos Andradas, nº 1234: 50 ramais DDR 01(um) E1 sinalização ISDN.

- Av. Aparício Borges, nº 2264: cerca de 07 linhas analógicas direta.

- Av. Borges de Medeiros, nº 521, 01 linha analógica direta.

- Rua Domingos Rubbo, nº 51, 01(uma) linha analógica direta.

- Rua Wenceslau Escobar, nº 2666, 01(uma) linha analógica direta.

- Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 01 (um) feixe de E1.

e) Para os endereços que constam linhas analógicas diretas, devido à falta de centrais telefônicas, as empresas que não dispuserem de linhas analógicas diretas deverão realizar sem custo ao DETRAN/RS, em regime de comodato, a instalação de centrais telefônicas de pequeno porte para instalação por feixe de E1, para atendimento do fornecimento do serviço.

f) Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação, inclusive a preparação e apresentação das propostas;

g) O modelo de tarifação para as chamadas de fixo para fixo deverá ser o do Plano Básico.

h) Serviços de bloqueio quando solicitados deverão ser efetuados sem custo.

i) As quantidades mencionadas são estimativas, podendo variar de acordo com as necessidades do DETRAN/RS. A não realização dos serviços, na quantidade prevista não gerará qualquer obrigação de indenização à CONTRATADA pelo DETRAN/RS.